



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS



PARECER PARA DISCUSSÃO EM TURNO ÚNICO
PROJETO DE LEI N.º 223, DE 2024

Dispõe sobre o reajuste do piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) do Município de Indianópolis-MG, e dá outras providências.

Autor: Prefeito Municipal

Relator: Vereador MARCOS TÚLIO DA SILVA

I RELATÓRIO

Foi distribuído a esta Comissão de Serviços Públicos (CSP), no dia 26 de fevereiro de 2024, para parecer na forma regimental, o Projeto de Lei n.º 223, de 2024, de autoria Prefeito Municipal.

O projeto é composto de dois artigos, a saber:

O art. 1º estabelece que o piso remuneratório dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) do Município de Indianópolis-MG passa a ser de R\$ 2.824,00 (dois mil oitocentos e vinte e quatro reais), a partir de 1º de janeiro de 2024, em conformidade com os §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11, do art. 198, da Constituição Federal, acrescentados pela Emenda Constitucional n.º 120, de 5 de maio de 2022.

O art. 2º contém a cláusula de vigência, fixada para a data da publicação.

No último dia 1º de março, o Prefeito Municipal, atendendo solicitação da Câmara, feita pelo Ofício n.º 10/2024-CM/GP, documento de fl. 14, encaminhou a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da despesa expandida pelo projeto, no atual exercício e nos dois subsequentes, e a declaração do ordenador de despesa de que o aumento da despesa prevista no projeto tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilização com o Plano Plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias vigentes; em cumprimento ao previsto no *caput* do art. 16, incisos I e II, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), documento de fls. 15-18.

É, em síntese, o relatório.

II FUNDAMENTAÇÃO

É revestido de mérito o projeto em estudo por atualizar o piso remuneratório dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) do Município para dois salários mínimos nacionais.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Na verdade, esse reajuste está previsto na Constituição Federal, que assegura a esses agentes o piso de vencimento de dois salários mínimos, conforme § 9º, do art. 198, da Constituição Federal.

Assim, toda vez que o governo federal reajustar o salário mínimo nacional o piso dos agentes também deverá ser reajustado.

Esses agentes prestam serviços da maior importância no âmbito da estratégia saúde da família, razão pela qual merecem remuneração e condições adequadas de trabalho. De fato, esses agentes são fundamentais para o modelo atual de atenção básica à saúde, porque realizam a integração dos serviços de saúde com a população.

III CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão acolhe o voto do relator e conclui pela aprovação do Projeto de Lei n.º 223, de 2024.

Sala das Reuniões, 4 de março de 2024.

MARCOS TÚLIO DA SILVA

Relator

JANICLEIDE ALVES DA SILVA

Presidente

ELMAR FERNANDES DE RESENDE

Membro